



A CRISE DO ANTIGO REGIME

O século XVIII assistirá à crise do modelo político, do modelo econômico e do modelo de sociedade, encabeçado pelo Absolutismo, baseado no Mercantilismo e na sociedade estamental, e que passou a ser chamado de Antigo Regime.

O desenvolvimento do Mercantilismo que promovia as manufaturas, se esgotou. A capacidade de produção das manufaturas atingiu seu ponto máximo, enquanto o mercado consumidor mundial tendia ao crescimento. A taxa de lucro do sistema de manufaturas tendia à queda ou, na melhor das hipóteses, à estabilização. A taxa de lucro não crescia, sinal de crise para a burguesia.

Mesmo não crescendo a taxa de lucro das manufaturas burguesas, os impostos que sustentavam o Estado Absolutista, sua enorme corte, sua pesada burocracia e seus exércitos, continuavam aumentando.

A burguesia que até aí fora protegida pelo Absolutismo e suas práticas mercantilistas, precisava entender como aumentavam os impostos se o seu lucro não crescia. Precisava saber onde eram gastos os recursos provenientes de tantos impostos.

Mas, o Absolutismo é um sistema político baseado na idéia de que o poder do Rei vem de Deus. Portanto, o Rei não deve a ninguém nenhuma satisfação.

Para entender as razões da crise, a burguesia precisará compreender como funcionava o sistema e para tanto, precisava de um método de análise.

A Razão será a base desse método de análise, dessa filosofia, a razão pura permitirá à burguesia iluminar seu pensamento, sua visão de mundo. Passa então a crer que as “luzes da razão” esclarecem tudo e permitem que a humanidade se liberte das trevas da ignorância e da religião. A isso se dá o nome de Iluminismo.

Desta forma, a burguesia compreenderá que os impostos que ela e todo o 3º Estado pagam é usado pelo Rei para sustentar a nobreza e o clero. Vai compreender também, que para resolver a profunda crise econômica em que está metida, precisaria primeiro fazer uma profunda mudança política, teria que derrubar o Absolutismo Monárquico.

Só com o fim do Absolutismo poderia libertar a economia do controle do Estado. Eliminar o Mercantilismo e implantaria o Liberalismo Econômico, o “laissez-faire”. Nesse novo sistema o Estado não interviria na economia, deixando-a às “leis naturais” do mercado: o livre comércio, a livre concorrência e o livre cambismo.

Por outro lado, a nova sociedade acabaria com a desigualdade jurídica entre os homens, criaria a igualdade de direitos. Para tanto, era necessário libertar os servos, torná-los homens livres, totalmente livres, livres principalmente das suas posses. Havia que transformá-los em proletários.



Sem a tutela do Estado, a burguesia, dona exclusiva do capital, faria a Revolução Industrial, superando portanto, a fase das manufaturas. A indústria contaria com abundante mão-de-obra liberada da servidão, e produziria quantidades infinitamente maiores de bens, com muito maior produtividade, com uma taxa de lucro extraordinariamente aumentada.

Tudo isso precisaria de um mercado mundial não só maior, mas sobretudo livre para comprar e vender, sem a intervenção das Metrôpoles e seus Pactos Coloniais.

Está em cheque, portanto, o Sistema Colonial.

As colônias deverão separar-se de suas metrôpoles para participarem do Mercado Mundial – sempre como fornecedores de produtos agrícolas e matérias primas – mas com “liberdade” , para escolher os seus parceiros comerciais.